

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A LEI Nº 10.639/2003: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO¹

AMILCAR ARAUJO PEREIRA²

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o processo de criação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório, no Brasil, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira –resultado da ação do movimento negro brasileiro –, bem como refletir sobre os desafios presentes que se impõem ao processo de sua implementação a partir das perspectivas de lideranças do movimento negro brasileiro por mim entrevistadas nos últimos anos. O processo histórico que resultou na criação da referida lei é bastante longo e complexo, mas, indubitavelmente, teve como protagonista o movimento social negro. Uma vez criada a legislação, o passo seguinte (ainda mais complexo) é o de sua implementação em um país tão desigual e diverso como o Brasil. O que dizem, nesse sentido, as lideranças do movimento negro?

Palavras-chave: Movimento negro. Ensino de história. Lei nº 10.639/2003.

-
- 1 As entrevistas com lideranças do movimento negro, aqui utilizadas como fontes orais, foram realizadas ao longo de dois projetos de pesquisa: o primeiro, “Histórias do movimento negro no Brasil”, implementado, com financiamento do CNPq, da FAPERJ e da Fundação Sepsis, entre 2003 e 2007, por Verena Alberti – a quem agradeço aqui – e por mim no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), resultou, entre outras publicações, no livro *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007); o segundo, “Memórias do Baobá”, que contou com financiamento pela Fundação Kellogg, coordenado por mim no ano de 2015, resultou no livro *Memórias do Baobá: raízes e sementes na luta por equidade racial no Brasil* (Rio de Janeiro: Kitabu, 2015). Ao registrar aqui algumas de suas memórias sobre a luta contra o racismo no Brasil, deixo minha singela homenagem à Luiza Bairros, importante liderança negra, por mim entrevistada em 2015, infelizmente falecida em 12 de julho de 2016, após a escrita deste artigo.
 - 2 Pós-doutorado em História e Educação na Columbia University, bolsa Capes-Fulbright (2015-2016). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

EL MOVIMIENTO NEGRO BRASILEIRO Y LA LEY 10.639/2003: DE LA CREACIÓN A LOS RETOS PARA SU IMPLEMENTACIÓN

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir el proceso de creación de la Ley 10.639/2003, que hizo obligatoria en Brasil la enseñanza de historias y culturas africanas y afrobrasileira, como resultado de la acción del movimiento negro brasileiro; asimismo, reflexionar sobre los retos presentes que se imponen al proceso de implementación de esta legislación, a partir de las perspectivas de los liderazgos del movimiento negro brasileiro que entrevisté en los últimos años. El proceso histórico que resultó en la creación de la referida ley es bastante largo y complejo, pero indudablemente tuvo como protagonista el movimiento social negro. Una vez creada la legislación, el paso siguiente, y aún más complejo, es el proceso de su implementación en un país tan desigual y diverso como Brasil. Qué dicen, en este sentido, los liderazgos del movimiento negro?

Palabras clave: Movimiento negro. Enseñanza de la historia. Ley 10.639/2003.

THE BRAZILIAN BLACK MOVEMENT AND THE LAW 10,639/2003: FROM CREATION TO THE CHALLENGES FOR IMPLEMENTATION

Abstract

The aim of this article is to discuss the process of creating the Law 10.639/2003, which made it mandatory the teaching of African and Afro-Brazilian histories and cultures in Brazil, as a result of the Brazilian black movement action and reflect on the present challenges which are imposed on the process of implementing this legislation, from the perspectives of the Brazilian black movement leaders that I have interviewed in recent years. The historical process that resulted in the creation of that law is quite long and complex, but undoubtedly had as protagonist the black social movement. Once created the legislation, the next step, and even more complex is the process of its implementation in as unequal and diverse country like Brazil. What do they say, in this sense, the leaders of the black movement?

Keywords: Black movement. History teaching. Law 10,639/2003.

1 Introdução

Acho que a experiência do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, significou para mim uma primeira disponibilidade, digamos assim, intelectual para considerar que era preciso formular respostas para o cotidiano; que o discurso que a esquerda vendia, que era o discurso da transformação global, se assemelhava muito à coisa católica do inferno na terra em busca do paraíso. (...)

Foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se a adesão a um tipo de reivindicação como essa significaria ou não uma rendição ideológica: nós, que amávamos tanto a revolução, agora estaríamos, digamos assim, contentes com a possibilidade de partilhar o bolo sem transformação social. Até que alguém disse que nós estávamos fazendo uma extraordinária transformação social das relações do cotidiano, das relações dos microespaços de poder. E a própria questão do empoderamento da população negra e a coisa mais altiva, mais ousada na política, nas relações intersubjetivas. Alguém precisou dizer que a gente estava fazendo a revolução, que cotas no Brasil é revolução (Hélio Silva Júnior³ apud ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 396-397).

O trecho acima, de uma entrevista com Hélio Silva Júnior, militante do movimento negro em São Paulo desde o início da década de 1980, é bastante significativo para entendermos o processo de construção da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país. Essa construção foi possível, em grande medida, graças às articulações estabelecidas, especialmente a partir dos anos 1980, entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e/ou organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como deste com partidos políticos e organizações da sociedade civil. Como evidencia o trecho em epígrafe, em alguns setores

3 Hélio Silva Júnior passou a integrar o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em 1986 e, no mesmo ano, foi presidente da Convenção Nacional do Negro, realizada em Brasília. Foi assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo entre os anos de 1991 e 1992. Neste, fundou, em São Paulo, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006. Sua entrevista foi gravada em 21 de julho de 2004, na sala de entrevistas do CPDOC/ FGV, no Rio de Janeiro.

do movimento houve uma perceptível mudança de perspectiva sobre as formas de condução da luta contra o racismo no Brasil em meados da década de 1980.

O trecho citado nos leva a pensar sobre esse processo no período contemporâneo, quando o movimento negro – um movimento social muito diverso e plural, como todos os movimentos sociais – passa a apoiar majoritariamente e a adotar como estratégia política a luta por ações afirmativas para negros no Brasil.⁴ Certamente, as discussões sobre as cotas para negros nas universidades têm sido muito amplas, no debate público, contando com grande cobertura dos jornais, de emissoras de televisão e das mídias em geral, o que possibilitou que a palavra “cota” se tornasse quase sinônimo de “ação afirmativa” em nosso país. Contudo, cota para negros nas universidades ou no serviço público, por exemplo, seria apenas uma possibilidade de política de ação afirmativa. A construção da Lei nº 10.639/2003 é uma outra forma de ação afirmativa para a população negra, conforme explica o próprio documento, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ainda em sua introdução:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

Vale destacar que o parecer e o próprio documento oficial citado, publicado em 2004, foi redigido pela professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva,⁵

4 Sobre esse tema, ver ALBERTI; PEREIRA, 2006.

5 Professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) nas áreas de ensino-aprendizagem e de relações étnico-raciais, na condição de professora sênior, junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas. É conselheira, na condição de notório saber, do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial e foi Conselheira da Fundação Cultural Palmares, nos termos da Portaria nº 141, de 28 de

indicada pelo movimento negro para ser a primeira pessoa negra a fazer parte, à época, do Conselho Nacional de Educação (CNE). A presença da professora Petronilha no CNE e a possibilidade de ela atuar estrategicamente como relatora do documento fundamental para o processo de implementação da lei em questão são resultado das articulações do movimento negro com as diferentes instâncias do poder público a que nos referimos neste artigo.

As mudanças nas perspectivas em alguns setores do movimento negro, mencionadas acima, deram-se em relação às perspectivas majoritárias no movimento negro nos anos 1970, construídas em meio à luta contra o regime ditatorial então vigente. Com a chamada “abertura política” iniciada em 1974, ainda durante a ditadura que havia sido implantado em 1964, muitas organizações do movimento negro foram criadas em vários estados brasileiros, assim como foram criadas organizações de outros movimentos sociais que estavam na luta contra a ditadura e que defendiam o retorno da democracia em nosso país. Um marco fundamental na organização do movimento negro nesse contexto foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, em julho de 1978.⁶ Com uma perspectiva revolucionária, de esquerda, lutando pela construção de uma *nova* sociedade, articulando “raça” e “classe” na luta contra o racismo, e por melhores condições de vida para a população negra, a criação do MNU tornou-se um marco na constituição do que chamamos de movimento negro contemporâneo, e teria inclusive sido o responsável pela difusão da expressão “movimento negro”, utilizado desde então para referir-se genericamente às organizações negras na luta contra o racismo no Brasil. Embora não tenha conseguido “unificar” a luta contra o racismo, o MNU tornou-se rapidamente uma importante organização com representação em vários estados brasileiros, contribuindo tanto para a construção de perspectivas teóricas e de estratégias de organização e mobilização quanto servindo de inspiração para a ampliação do número de organizações negras Brasil afora.

A *Carta de princípios* do MNU, elaborada ainda em 1978, já apresentava algumas reivindicações que se tornariam fundamentais para a organização do movimento em todo o país, como, por exemplo: “pela reavaliação do papel do

dezembro de 2011. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, cumprindo mandato entre 2002 e 2006. Nessa condição, foi relatora do Parecer CNE/CP nº 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira. Mais informações podem ser obtidas em seu currículo, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780511A0>, acesso em 20/04/2016.

6 Sobre a criação do MNU, ver Pereira (2013) e Hanchard (2001).

negro na história do Brasil; valorização da cultura negra (...); e considerando enfim que nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós, queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem. Por uma autêntica democracia racial!” (MNU, 1988, p. 19)

Vale ressaltar, na *Carta de princípios* do MNU, a reivindicação pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil (MNU, 1988). Antes da fundação do MNU, o Grupo Palmares, criado em 1971, em Porto Alegre, propôs o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (em 1695), como a data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravidão), deslocando propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência) e recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. O 13 de maio passou, então, a ser considerado pelo movimento negro como o dia nacional de denúncia da existência de racismo e de discriminação em nossa sociedade.

A partir da década de 1980, além da continuidade de utilização das estratégias de luta anteriores, é possível perceber nitidamente, em alguns setores do movimento, o surgimento de novas estratégias de atuação. Principalmente com a volta das eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, e com a consequente vitória de candidatos da oposição ao regime militar em estados importantes, como Rio de Janeiro e São Paulo,⁷ havia, a partir de então, em vários estados, ativistas negros que buscavam a construção de espaços de interlocução nas esferas dos poderes executivo e legislativo, objetivando construir políticas públicas para atender demandas emergenciais da população negra. Durante muito tempo, a possibilidade de interlocução com o Estado foi alvo de críticas que partiam de dentro do próprio movimento negro. Setores mais radicais deste, que se contrapunham às articulações com os poderes públicos, consideravam que o movimento deveria lutar contra o racismo de maneira independente, sem vinculação com partidos políticos nem com o Estado. Esse tipo de crítica cresceu na década de 1980, quando alguns setores do movimento negro tiveram possibilidades esporádicas de ocupar espaços dentro da máquina pública.

A criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, citado na epígrafe deste artigo, durante o governo paulista de Franco Montoro, em 1984, como Verena Alberti e eu demonstramos em um outro

7 No Rio de Janeiro, foi eleito governador Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e, em São Paulo, André Franco Montoro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

artigo (ALBERTI; PEREIRA, 2007b), é um ótimo exemplo de articulação entre movimento negro e Estado. Ivair Alves dos Santos registrou,⁸ em sua entrevista, que esse foi “o primeiro órgão de governo criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas” (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 217). Filiado ao antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ivair morou em Angola de 1979 a 1983, quando, de volta a São Paulo, passou a fazer parte do governo Montoro, integrando a Secretaria de Assuntos Políticos. Segundo ele, a experiência no Palácio dos Bandeirantes

foi uma espécie de escola; eu comecei a observar como é que as coisas se desenrolavam dentro do palácio. (...) Eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o Conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete (...): “Por que não criar um conselho do negro?” Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde, e eu comecei a trabalhar isso (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 215).

Na medida em que o Conselho foi criado, foi possível começar a trabalhar para implantar, no governo, segundo Santos, “a pauta (...) que o movimento negro vinha defendendo contra o racismo no trabalho, na educação, nas diferentes áreas” (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 217). A atuação incluía também a busca de interlocução com diferentes setores da sociedade. Ao mesmo tempo, em paralelo ao que estava sendo realizado em São Paulo, os fundadores do Conselho cuidavam da divulgação e da possível replicação dessa iniciativa pelo Brasil, como relatou o primeiro presidente do Conselho, Helio Santos, em entrevista:

8 Ivair Augusto Alves dos Santos, formado em química pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1974, trabalhou em Angola, entre 1979 e 1983, como consultor da Unesco para o desenvolvimento do ensino de ciências naquele país. Ele foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, em 1984. No governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, transferiu-se para Brasília, passando a atuar como assessor na então Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, e foi o representante desse ministério no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra de 1995 a 1996. À época da entrevista citada, ele era secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República. Santos também é mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor na mesma área pela Universidade de Brasília (UnB). Sua entrevista foi gravada em dois momentos: em 7 de setembro de 2004, no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, durante o III Copene; e em 1 de julho de 2005, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Este Conselho fez um esforço no sentido de levar a experiência para o Rio Grande do Sul, para o Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia, nessa ordem. Em cada um desses lugares, ativistas foram contratados e a experiência de São Paulo se reverberou ali, com pequenos ajustes, mas a ideia era essa: um conselho são membros da sociedade civil em conjunto com membros do Estado, gerenciando políticas específicas para a questão racial. Em todos os lugares tem o mesmo sentido. É uma experiência rica que deu certo por um tempo e em poucos lugares, porque as pessoas não sabem onde termina o ativismo e onde começa o Estado. Mas é uma ideia que eu considero inteligente, porque você traz pessoas da sociedade civil, que não abrem mão dessa posição, mas atuam com membros do Estado, no sentido de procurar soluções específicas (“informação verbal”).⁹

Para Luiza Bairros, militante do movimento negro desde o final da década de 1970 e líder do MNU até 1995, em sua trajetória, o processo de construção de novas perspectivas de luta e de outras estratégias de atuação e articulações com o Estado teve início em meados da década de 1990, como ela evidencia em sua entrevista:

Em 1995 efetivamente se fechou um ciclo da militância no Brasil com a Marcha Zumbi dos Palmares,¹⁰ que aconteceu em Brasília. Naquela ocasião deixaram o MNU vários outros militantes que tinham entrado nessa luta mais ou menos na mesma época que eu. E a partir disso foi importante

9 Helio Santos graduou-se em Contabilidade e em Administração de Empresas pela Faculdade Municipal de Ciências Econômicas (FAMCE) de Belo Horizonte (MG) e diplomou-se mestre em Finanças e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Em 1986, foi o único negro a fazer parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais – conhecida como “Comissão Afonso Arinos”, em homenagem a seu idealizador e presidente –, criada no âmbito do Ministério da Justiça para elaborar um anteprojeto que subsidiasse o trabalho dos futuros parlamentares na elaboração da Constituição de 1988. No ano de 1995, integrou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), que inseriu na agenda pública do Governo Federal o tema das políticas de ação afirmativa. Atualmente, é o presidente do Conselho Deliberativo do Baobá – Fundo para a Equidade Racial. Sua entrevista foi realizada em Salvador, em 14 de agosto 2015, por Amilcar Araujo Pereira e Thayara Silva de Lima no âmbito do projeto “Memórias do Baobá”.

10 A primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida foi realizada no dia 20 de novembro de 1995. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram, em Brasília, para denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra. O ato marcou os 300 anos da morte de Zumbi, principal liderança do Quilombo dos Palmares, um território livre que reunia milhares de negros e virou símbolo da resistência ao regime escravista e, posteriormente, da consciência negra no país. Para mais informações, ver: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>>, acesso em 20/04/2016.

que nós nos reinventássemos enquanto militantes, tendo como base aquela experiência que foi dada pelo MNU, mas partimos para fazer outras intervenções e outras formas de atuação na luta contra o racismo. Em 1995 o que nós dizíamos era que nós já tínhamos, enquanto movimento negro em geral, feito todas as denúncias e que a partir dali, reconhecendo a maturidade política do negro brasileiro, caberia ao Estado Brasileiro assumir a sua parcela de responsabilidade no enfretamento das consequências do racismo no Brasil. Esse foi um ponto de inflexão que eu considero importantíssimo e que nos levou à busca de outros caminhos e outras formas de combate ao racismo, ao lado de outras organizações do movimento negro, que também, a partir desse momento passaram a se proliferar. A própria luta contra o racismo passou a fazer parte da pauta de outras organizações não necessariamente negras, como é o caso do próprio movimento sindical, em muitos sentidos propiciou o aparecimento cada vez mais evidente do movimento das mulheres negras. Também é nessa conjuntura que os quilombolas começam a se colocar enquanto atores políticos na cena (“informação verbal”).¹¹

Luiza Bairros chegou a ocupar o cargo de ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República) por quatro anos, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Roussef (2011-2014), sendo a principal responsável por toda a articulação em torno da implementação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do governo federal, dialogando com todos os ministérios e com a sociedade civil. Vale ressaltar que a SEPPIR, mesmo tendo o inédito *status* de ministério, assim como os “Conselhos do Negro” de São Paulo e de outros estados, também teve atuação limitada, basicamente por ser um órgão consultivo e não executor das políticas públicas, por seu pequeno orçamento e pelas próprias dificuldades de implementação de

11 Luiza Bairros (1953-2016) foi formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutoranda em Sociologia pela Michigan State University, nos EUA. Luiza foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU) desde 1979, organização da qual foi coordenadora nacional entre 1991 e 1993. Ela trabalhou, entre 2001 e 2003, na coordenação de ações interagenciais e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul, e entre 2005 e 2006 foi coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), ambos no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além disso ela foi Secretária de Estado da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) do Governo do Estado da Bahia (2008-2010) e, durante o primeiro governo da presidenta Dilma Roussef (2011-2014), ocupou o cargo de ministra da SEPPIR. Sua entrevista foi realizada em Salvador, em 13 de agosto de 2015, por Amílcar Araujo Pereira e Thayara Silva de Lima, no âmbito do projeto “Memórias do Baobá”.

quaisquer políticas públicas que necessitassem de articulação de diversos órgãos do Estado, cada qual com agendas específicas e prioridades já estabelecidas. Além das diversas dificuldades para a implementação das políticas públicas para a promoção da igualdade racial, é importante notar que os avanços obtidos pelo movimento negro, na sociedade brasileira, também têm provocado uma forte reação conservadora em nossa sociedade. A entrevista de Silvio Humberto, militante do movimento negro desde a década de 1990, é emblemática nesse sentido e, mesmo tendo sido gravada em 2015, já antevia o possível fechamento da SEPPIR, o que de fato ocorreu em 2016:

A gente precisa fazer as leituras para entender hoje o que estamos a viver, uma onda conservadora que vem a partir das ações afirmativas e da chegada de Lula ao governo federal, ainda que com problemas. Mas esse é um problema que antecede esse novo patamar que o movimento passa a grassar. A Marcha Zumbi dos 300 anos, a criação do GTI com o Hélio Santos e outros,¹² Fernando Henrique publicamente reconhecer que o Brasil era um país racista – mas entre reconhecer e fazer coisas também tem uma diferença –, a criação da SEPPIR, dos espaços de igualdade racial... Ao mesmo tempo em que temos espaços de igualdade racial também vivemos o esgotamento desse modelo dos espaços de igualdade racial, sem necessariamente eles terem sido plenos, sem eles terem cumprido a sua missão. Mas a própria reação conservadora que, se deixar, na possibilidade de cortar o ministério... Só que eles também tem um problema desde o nascedouro, se você for analisar a construção desses espaços de igualdade racial, eles vão ter problema com orçamento, com pessoal, essa é uma característica que vem acompanhando esses espaços de igualdade racial. É algo que a gente precisa ficar muito atento, porque nós estamos andando com o novo e o velho. Antes a entrada do movimento negro se dava pelo cultural, pense aí, em 1988 se assinala a criação da Fundação Palmares.¹³ Depois do cultural

12 O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), criado como resultado da pressão política exercida pelo movimento a partir da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995, permitiu abrir um espaço para a participação ampliada da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra para o país, além de ter sido um dos primeiros espaços governamentais a discutir possibilidades de políticas de ação afirmativa para negros no Brasil. Para mais informações, ver: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>>, acesso em 20/04/2016.

13 A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, foi criada em 1988 para a promoção e a preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Para mais informações, ver: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>, acesso em 20/04/2016.

you have the question of land with the quilombolas, education with affirmative actions and the debate about resources. If people think about the pillars that sustain power in our country, the black movement is making a dispute of the agenda of power. The conservative reaction is also because people are making this dispute. When you dispute education you are disputing the future of generations (“information verbal”).¹⁴

The passage above leads us to think about various questions, such as the limitations of the implementation of what Humberto calls “spaces of racial equality” in the machinery of the State and, fundamentally, on the importance of the struggles of the black movement in the area of education, “disputing the future of generations”. Some examples, in this sense, are emblematic, such as the struggle for access to public universities through affirmative actions. However, I will focus on the example that has enabled cultural changes in schools throughout the country and in society in general: the creation of Law no. 10.639/2003, which leads, at the minimum, to the problematization of eurocentrism historically present in Brazilian curricula, but which potentially can lead to the construction of an intercultural education that contributes to the consolidation of a democratic perspective in Brazilian education. The referred law, one of the major results of the articulations of the black movement with the State, had, in its construction, the direct action of militants of the contemporary black movement, as observed in the deposition granted by Edson Cardoso, leader of the black movement in Brasília, who acted as chief of staff of the Federal Deputy Florestan Fernandes (PT-SP) between 1992 and 1995, and of the federal black deputy Ben-Hur Ferreira (PT-MS) between 1999 and 2000 and between 2002 and 2003), and who narrated, from his experience in the National Congress, how it was the process of construction and of the bill’s passage that would be sanctioned by the recently elected president Lula, on January 9, 2003:

Assim que cheguei [tornando-se chefe de Gabinete do deputado], falei: “Ben-Hur, acho que a primeira coisa que devemos fazer é ver quais os

14 Sílvia Humberto, formado em Economia pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde 1993 e foi um dos fundadores do Instituto Cultural Steve Biko, em 1992, o primeiro pré-vestibular no Brasil voltado especificamente para negros. Eleito em 2012, atualmente cumpre seu primeiro mandato como vereador na Câmara de Vereadores da cidade de Salvador, capital da Bahia, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sua entrevista foi realizada em Salvador, em 13 de agosto de 2015, por Amílcar Araujo Pereira, Thayara Silva de Lima e Julio Cesar Oliveira, no âmbito do projeto “Memórias do Baobá”.

projetos que foram arquivados nessa legislatura, porque pode ter coisa importante e a gente desarquiva os projetos.” Quando olhei, que projeto importante estava lá? O movimento negro de Pernambuco tinha entregado ao Humberto Costa um projeto introduzindo “História da África”.¹⁵ Eu digo que tinha entregado, porque ele diz isso na justificativa do projeto. Na verdade, isso é preciso ser dito: Beato, o pai da Lucila, passou uma suplência no Senado e me parece que apresentou projeto de educação; Paim apresentou; Abdias apresentou; Benedita apresentou...¹⁶ É importante recuperar as iniciativas outras, porque revelam que esse resgate do passado sempre foi uma preocupação do movimento negro. Falar de história da África, de história e cultura afro-brasileira, isso não é uma coisa de uma pessoa, isso sempre veio por várias gerações do movimento.

(...) Paim, Abdias, Benedita, enfim, você já tinha tido várias iniciativas. Aí chegou a do Humberto Costa numa outra conjuntura, e a proposta foi aprovada discretamente na Comissão de Educação. Mas como o Humberto Costa não se reelegeu deputado, o que aconteceu? A proposta foi arquivada. Quando o deputado não volta para a próxima legislatura e um projeto dele não tem aprovação, por exemplo, em mais de uma comissão para poder prosseguir, o projeto é arquivado. Em toda legislatura se arquiva uma porção de projetos. Eu aí liguei pessoalmente para o Humberto Costa e disse para ele que o Ben-Hur estava chegando e perguntei o que ele achava de a gente desarquivar o projeto, porque essa era a nossa intenção. Ele falou: “Eu

15 Humberto Sérgio Costa Lima, formado em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi deputado federal por Pernambuco na legenda do Partido dos Trabalhadores (PT), na legislatura 1995-1999. Em 2003, ele foi nomeado Ministro da Saúde pelo recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, permanecendo neste cargo até 8 de julho de 2005. Para mais informações, ver: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=377>.

16 Joaquim Beato (1924), sacerdote da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, foi senador pelo Espírito Santo de 1994 a 1995. De acordo com o banco de dados do Senado, ele apresentou dois projetos de lei: um, de 25 de janeiro de 1995, propondo a regulamentação da Lei nº 8081, de 21 de setembro de 1990, que definia os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, e outro, de 6 de dezembro de 1994, que propunha alterar a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), estabelecendo prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatos. Paulo Renato Paim (1950) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul em quatro legislaturas (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999 e 1999-2002) e senador pelo mesmo estado a partir de 2003, sempre na legenda do PT. Na Câmara dos Deputados, apresentou o Projeto de Lei nº 678, de 10 de maio de 1988, que estabelecia a inclusão da matéria “História Geral da África e do Negro no Brasil” como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório. Quando senador, Abdias do Nascimento apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 75, de 24 de abril de 1997, que dispunha sobre as medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro e incluía no ensino dos idiomas estrangeiros, em regime opcional, as línguas iorubá e kiswahili. A senadora Benedita da Silva apresentou o PLS nº 18, de 22 de fevereiro de 1995, que incluía a disciplina “História e Cultura da África” nos currículos.

acho ótimo!” Então a gente desarquivou o projeto (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 432-435).

Como Edson Cardoso afirmou, no trecho acima, essa questão do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira sempre foi uma questão tratada pelo movimento negro na luta contra o racismo, especialmente no período republicano, como veremos a seguir.

2 Da luta histórica aos desafios presentes:

Para melhor compreendermos esse processo de construção da Lei nº 10.639/2003, não podemos analisar somente o período contemporâneo. É fundamental entendermos esse processo como resultado de demandas históricas da população negra em geral e do movimento negro em específico, desde o início do século XX. Como já disse em outro artigo (PEREIRA, 2012), a relação com a questão da educação e, mais especificamente, com a história ensinada nas escolas como parte da luta do movimento negro pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil é evidente em muitos momentos e em diferentes lugares. A luta nas escolas, como estratégia privilegiada para atingir esse objetivo, foi frequente em grande parte do território nacional, principalmente a partir da década de 1980. Bem antes, a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em São Paulo em 1931, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado na mesma cidade em 1944, duas das mais importantes organizações do movimento negro na primeira metade do século XX, já tinham escolas em suas dependências para alfabetizar e instruir pessoas negras (PEREIRA, 2012). Com o crescimento do movimento durante o processo de redemocratização, na década de 1980 – principalmente a partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão, quando centenas de manifestações foram realizadas por organizações do movimento negro em todo o país –, muitas lideranças foram formadas e as mobilizações e as já mencionadas articulações políticas construídas pelo movimento negro em diferentes âmbitos (com sindicatos, partidos políticos, instituições públicas e organismos do Estado nos níveis municipal, estadual e até federal, com representantes no Poder Legislativo, etc.) tornaram possível a conquista de um novo lugar político e social para o movimento negro, especialmente no campo educacional, como afirmam Martha Abreu e Hebe Mattos (2008, p. 6):

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer

presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial.

Os avanços e as conquistas recentes do movimento negro, como a própria criação da Lei nº 10.639/2003, são evidentes, assim como são evidentes muitos desafios para que a implementação dela seja de fato realizada nas escolas brasileiras. Silvio Humberto, militante negro atuante na área da educação e um dos fundadores do pré-vestibular Steve Biko, em Salvador, em sua entrevista, elencou alguns desafios e dificuldades nesse processo de implementação:

No geral a gente pode dizer que se fosse fácil alguém já teria feito, se tivesse plenamente aplicada, implementada e as mil maravilhas ela não teria razão de existir, porque a gente está falando de racismo e de suas complexidades. Os desafios que ela enfrenta tem a ver com a luta contra o racismo, que tem seus aspectos objetivos e subjetivos. O que dificulta para a gente? Uma coisa é você lutar e conseguir a lei. A questão é: como você acompanha e monitora? Não necessariamente quem estava na rua é que vai implementar. Como é que você forma pessoas para fazer isso? Como a lei não é deformada? E os oportunistas que antes não garantiam espaço nenhum, mas que agora percebem uma fonte de recursos? Como você vai lidar com essa diversidade de interesses e ainda com o racismo pairando sobre todos nós e sobre tudo isso? Tem avanços? Tem. A gente não pode ficar naquela ideia de que “nada está avançando!” Você entra no site do Geledés e tem lá os planos de aula, basta olhar.¹⁷ Se tiver vontade você vai olhar inúmeras experiências, e cabe nas diversas redes olhar as experiências exitosas. Precisa mostrar que isso é bom para o país, precisa mostrar que isso é importante para o desenvolvimento do potencial de todos, que tem a ver com explorar o que temos de melhor que é a nossa diversidade. É preciso ficar atento também às formas como o racismo se manifesta. Porque considerar que você vai falar da História da África, das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas tem a ver só com falar de religiões de matrizes africanas, esse reducionismo... por mais ricas que sejam as religiões de matriz africana você está falando de algo muito mais amplo e que é fundamental. Aí você não aplica porque tem resistência de determinados segmentos da religião cristã que impede a

17 Para mais informações sobre o Geledés – Instituto da mulher negra, fundado em 1988, ver: <<http://www.geledes.org.br/>>.

sua execução, a sua aplicabilidade dentro das escolas. Se a lei 10.639 fosse devidamente aplicada no Rio de Janeiro você não teria uma menina, uma criança sendo vítima de uma pedrada.¹⁸ Eu tenho dito que quem joga uma pedra dá um tiro, é só uma questão de oportunidade. A gente precisa hoje entender esses avanços, trabalhar na formação. A Steve Biko fez uma discussão sobre a 10.639 com recorte racial, tendo a ver com ciência e tecnologia, com o fato de que você pode usar a 10.639 na matemática, na física, na química, na biologia e não achando que está falando para as artes e para a história sem perceber o caráter transversal disso. Esse é um dado que a gente precisa trazer. Como é que você usa isso no cinema, com essas imagens que estão sendo geradas, com os diversos documentários que estão aí? Você tem possibilidades que tem a ver com esse enfrentamento, é um momento de enfrentamento e nós temos que entender quem são os novos aliados e as novas questões que nós precisamos apresentar dentro dessa conjuntura (“informação verbal”).

A dimensão da luta contra o racismo nas escolas, para muitas lideranças do movimento negro, é uma parte fundamental do processo de implementação da Lei nº 10.639/2003. Assim como no trecho acima, para Nilma Bentes,¹⁹ uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), a questão do racismo na escola ganha destaque:

Na nossa situação aqui no Pará, nós dávamos ênfase à questão do livro didático, mas, fundamentalmente, às relações interpessoais. Porque a nossa experiência como militante é essa: uma coisa é tratar o material pedagógico, os professores, outra coisa é o relacionamento dentro da escola. Isso que eu acho que é o ponto nevrálgico da questão, que os livros não vão trazer. Porque a professora aprende esse negócio, mas lá do lado dela mora um negro que ela discrimina, ou a professora negra se autodesvaloriza e aí, quando tem um aluno negro, ela própria não sabe o que fazer na hora do “pega”. Isso

18 Kailane Campos, uma jovem candomblecista de 11 anos de idade, foi atacada em junho de 2015 na Vila da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, com uma pedrada na cabeça, por dois homens fundamentalistas evangélicos ao sair de um culto de Candomblé. Para mais informações, ver: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>>.

19 Nilma Bentes nasceu em Belém (PA), em 28 de janeiro de 1948. Formada em agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia em 1971, ela fez parte do quadro técnico do Banco da Amazônia durante 26 anos, onde fazia análise de projetos rurais. Em 1980, foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) e, desde então, tornou-se uma referência do movimento negro na região Norte do Brasil. A sua entrevista foi gravada em 28 de agosto de 2006, no Hotel Hilton, em Belém do Pará.

que é difícil nessa questão da Lei 10.639. Ela trata de uma coisa burocrática, digamos, regulamentar, curricular, que é importantíssima, mas ela não abre espaço para essa coisa, porque só conhecendo a história você não vai eliminar seu racismo do dia-a-dia. Se, no ambiente escolar, a merendeira dá por último o mingau para a criança negra, e dá duas vezes para a branca; o professor, que o outro xinga a criança e ele não interfere... Isso é doloroso na nossa experiência de vida. A gente sabe que aqui, pelo menos aqui no Pará, é muito duro. Ninguém aceita que é racista, mas o racismo é forte aqui (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 433-434).

Outra questão apontada por várias lideranças negras é a questão acadêmica, tanto no que diz respeito à formação inicial e continuada de professores, já mencionada por Silvio Humberto, quanto à produção de conhecimentos sobre história e cultura africana e afro-brasileira através de pesquisas acadêmicas. A luta pela produção de novos conhecimentos, nas universidades, é fundamental para as lideranças e intelectuais negros que atuam nessa área, como é o caso de Amauri Mendes Pereira,²⁰ que, em sua entrevista, afirma que

a demanda que a gente tem para a implementação da lei hoje é que se consiga produzir conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira. E isso tem a ver com as pós-graduações, com os cursos de formação de professores nas universidades. Mas ainda tem uma cortina de ferro bloqueando o acesso a isso. Porque tem a autonomia universitária nas universidades públicas. (...)Então, é muito difícil mexer com isso a longo prazo. Então, dentro de pouco tempo não vai ter mais o que falar sobre isso, vai se esgotar. Eu estou contando aqui um montão de histórias. Essas histórias precisam ser documentadas, investigadas, analisadas, não apenas relatadas. O que foi essa história? (...) Como é que, desde o século passado, tem clubes negros em quase todas as maiores cidades do Brasil? Como é que foi a

20 Amauri Mendes Pereira nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1951. Formado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1974, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) no mesmo ano; foi também redator e dirigente do jornal *Sinba*, publicado pela entidade de mesmo nome entre 1977 e 1980. Participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, em São Paulo, e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro, em dois momentos: no início da década de 1980 e entre 1992 e 1996, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época da entrevista, era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. A entrevista foi gravada em três momentos: em 31 de outubro e em 19 de dezembro de 2003 e em 4 de novembro de 2004, sempre na sala de entrevistas do CPDOC/FGV, no Rio de Janeiro.

interação disso com os contextos das épocas, com parlamentares, com o Poder Executivo, com as forças sociais em movimento? Isso é “história e cultura afro-brasileira”. É algo que, ao mesmo tempo, tem uma alteridade, tem um espaço próprio de constituição, porque o negro não podia entrar no clube de brancos, mas, ao mesmo tempo, isso jamais foi feito sozinho. Está sendo feito em interação permanente com a sociedade. Então isso é história do Brasil, com uma outra ótica (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 435).

Entrevistas como as aqui citadas nos revelam as perspectivas de algumas das lideranças do movimento negro brasileiro, tanto em relação a questões históricas da luta contra o racismo, especificamente no âmbito da educação, quanto ao atual processo de implementação da Lei nº 10.639/2003. Há muitos outros desafios e dificuldades diante desse processo, questões que vão desde as condições infra-estruturais e de tempo nas escolas até a própria negação da importância de se trabalhar com história e cultura africana e afro-brasileira por parte de professores, diretores ou mesmo de pais e alunos. Ainda que essa legislação, que tem o potencial de possibilitar mudança cultural e contribuir para a luta contra o racismo em nossa sociedade, esteja bastante longe de ser implementada com compromisso político e qualidade acadêmica em todas as escolas do país, a sua existência e as lutas democráticas que ela tem engendrado ou fortalecido na sociedade brasileira, seja no âmbito do currículo, seja nas próprias relações interpessoais, são certamente conquistas do movimento social negro brasileiro.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 37, p. 143-166, 2006.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007a.

_____. Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In GOMES, Angela de Castro (Org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU. *1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

PEREIRA, Amilcar A. “*O mundo negro*”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 111-128, jun. 2012.

Submissão em: 23/04/2016.

Aprovação em: 24/05/2016.